

A guerra das castanheiras (Fortaleza-CE, Brasil, 1968): contra-hegemonia e consciência de classe

Marcelo Henrique Bezerra Ramos¹

Resumo

Em finais de 1968 centenas de castanheiras (operárias da indústria da extração de óleo da castanha de caju) da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE (Fortaleza-CE) organizaram uma greve para reivindicar melhores salários e condições de trabalho desenvolvendo-se numa crítica à lógica da exploração sofrida pelas trabalhadoras e ao papel do patrão e do Estado na opressão de classe. Este é um período de ditadura empresarial militar no Brasil, marcado pelo aumento da coerção na sociedade, cerceamento das liberdades políticas, perseguição aos movimentos sociais e arrocho sobre os salários e a vida dos e das trabalhadoras, a fim de garantir melhores condições para a produção e reprodução do Capital no Brasil. Portanto, buscamos entender o processo de organização política e construção de consciência de classe entre estas trabalhadoras, identificando aparelhos privados de hegemonia para organização dessa ação política, que enfrentaram o projeto hegemônico e a coerção aplicada pelo Estado, contribuindo no movimento contra-hegemônico que marcou 1968 como o ano de maior resistência dos subalternos ao regime militar, tais como as greves dos metalúrgicos de Osasco-SP e Contagem-MG, e a greve dos trabalhadores rurais da zona da mata pernambucana.

Uma greve de castanheiras²

A história da greve da CIONE de 1968 é narrativa da luta de classes em Fortaleza em plena ditadura militar, em plena “ebulição vulcânica” que foi a década de 60. A história da CIONE é a história de um fazer-se de classe, uma história da escola da greve onde os trabalhadores são professores e alunos de si mesmos. É a história de uma cidade que tem na sua formação a marca das lutas entre classes distintas que construíram uma metrópole que reina em contradições.

Este episódio tem uma grande contribuição para o entendimento do processo histórico de formação da classe trabalhadora em Fortaleza. Atingindo o movimento sindical, setores do movimento estudantil e alguns partidos de esquerda da cidade.

Uma das principais discussões que contribuirá com a construção do nosso entendimento é a compreensão da consciência (ou das consciências) de classe. Visto que queremos entender como as

1 Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestre e Doutorando em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CAPES-MEC. Membro do Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil, UFF, e do Observatório da Classe Trabalhadora, UFF

2 Este artigo é uma síntese de alguns dos principais resultados da dissertação “A guerra das castanheiras da CIONE (Fortaleza-CE, 1968): contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta”, defendida pelo autor em 2018 no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

operárias, mesmo tendo origens diferentes, a partir de determinado momento, sofrendo uma opressão comum tanto do Estado, como de seus patrões, conformam um entendimento comum que desemboca em ações de defesa de um bem coletivo entre elas. Para isso relacionaremos o processo de formação de classe com os conceitos de gênero e raça, pois entendemos que estes contribuem de forma fundamental para entender concretamente o processo histórico da classe trabalhadora.

Buscaremos ainda ao fim compreender esta greve dentro das disputas da sociedade brasileira, fazendo o uso dos conceitos de Hegemonia, Bloco Histórico e Estado Ampliado do italiano Antonio Gramsci, debatendo com a historiografia que tanto menospreza qualquer possibilidade de construção de consenso entre as classes sociais no período da ditadura, como aquela que admite o golpe como uma construção nacional pactuada entre as classes. Buscando assim realizar a crítica a essas duas interpretações e localizar as lutas do ano 1968 e a greve da CIONE como parte da luta contra-hegemônica dos movimentos das classe subalternas no Brasil.

Nosso objetivo portanto é destacar a greve da CIONE, que ficou à margem dos documentos escritos e da literatura historiográfica até então, mas não desapareceram da memória de inúmeros militantes que, ou atuaram diretamente no processo da greve, ou foram contemporâneos daquele levante que para todos estes representam um grande símbolo da luta operária no momento começava a demonstrar toda sua força.

Nós, por escolha temática e metodológica a partir do que achamos mais importante a destacar no momento a partir do nosso trabalho com as fontes, nos esforçaremos para dar um maior aprofundamento a um aspecto em si da greve, os processos de transformação da consciência de classe no processo de construção do movimento e da greve. Qual era a consciência que as operárias tinham da sua situação de trabalho? Como as operárias se conscientizaram da necessidade de se organizarem e empreenderem luta contra o patrão? Como o conflito de classes na CIONE, evidenciado sobretudo através da greve, contribuiu para a construção de uma consciência de classe entre os e as sujeitas envolvidas? Como age a greve sobre a consciência de classe? Quem eram os aparelhos de classe que agiram na greve? Qual papel desses aparelhos na construção de uma consciência política de classe? Esses aparelhos privados conseguiram efetivamente disputar a hegemonia em 1968?

Em Fortaleza existem alguns trabalhos que tratam deste período principalmente focalizando o movimento estudantil e organizações de esquerda em geral, os trabalhos de Edmilson Maia Júnior sobre os estudantes universitários (MAIA JÚNIOR, 2008) e o de Airton de Farias sobre a luta armada no Ceará (FARIAS, 2007) são exemplo disso. Porém não encontramos trabalhos que abordem especificamente as atividades do movimento operário, sindical e de trabalhadores em Fortaleza que ocorreram neste período do final da década de 1960. Pelo que constatamos na análise

bibliografia de Waldemar Rossi e William Jorge Gerab, Marcelo Badaró Matos, Edgard Carone e Celso Frederico, entre outros, o movimento operário brasileiro viveu entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70 um forte momento de refluxo, principalmente por conta da forte repressão que sofreu desde os primeiros momentos da ditadura, esse seria um importante elemento para a pouca ou quase inexistência de produção historiográfica sobre o movimento de trabalhadores na segunda metade da década de 1960 no Ceará. 1968, especialmente, foi a exceção alimentada sobretudo pela iniciativa de resistência do operariado brasileiro ao arrocho salarial e ao momento nacional e internacional de intensificação das lutas populares, como sinalizamos.

Entretanto, pelo que podemos constatar tanto através da oralidade dos sujeitos entrevistados, contraposto as notícias de jornais da época, o conflito operário na CIONE fez sobressair-se um dentre os poucos eventos de mobilização operária no Estado do Ceará e no Brasil no período. Jaime Libério aponta que em 1968 a greve da COBRASMA, em Osasco-SP, a greve dos canavieiros do Cabo, em Pernambuco, e a greve da CIONE, foram símbolo da resistência operária pelo Brasil:

Foi a única greve do período. Os sindicatos ficavam espantando mosca. Aquilo impressionou, as mulheres iam pra rua com faixas. Iam pro mercado, pra universidade e contavam suas péssimas condições de trabalho. Eu me lembro que foi uma repercussão no Brasil! Teve essa greve, houve uma greve de trabalhadores rurais no Cabo [Greve dos canavieiros do Cabo - PE] e a greve dos metalúrgicos de Osasco [Greve da COBRASMA] A da CIONE foi mais singular ainda pois eram mulheres! (Jaime Libério em entrevista concedida no dia 22/02/2013)

Não poucas vezes tanto Jaime Libério, quanto Mária Elódia afirmam que a greve foi espontânea, movida por questões econômicas, com uma clara pauta de reivindicações corporativa: a) aumento dos salários, b) melhoria das condições de trabalho, c) nenhuma punição e prisão as grevistas. Entretanto está colocada também na oralidade a participação de organizações políticas, como a Ação Popular – AP, na construção da greve e do movimento como um todo. Neste sentido o processo tomou proporções muito maiores do que esperavam as operárias, que eram as sujeitas principais do processo. Essa portanto é uma síntese da greve da CIONE com outras greves do período, por conta da ausência de grandes movimentações operárias nos anos anteriores, do novo ciclo de lutas e o simbolismo que se criou em torno desses episódios. Como assinala Celso Frederico quando analisa a greve da COBRASMA, em Osasco-SP: “a greve foi um movimento de contestação e resistência à ditadura que ia além do plano meramente econômico-corporativo. E é justamente aí que se situa o nó da questão: o contexto histórico da greve, que por si mesma, não costumar ter.” (FREDERICO, 2010)

Não é nossa intenção suplantando análises de episódios já abordados pela historiografia, buscando encaixar neste processo, mas sim confrontá-los, entendendo semelhanças e diferenças. Traçar uma análise comparativa entre o episódio da CIONE e outros episódios de mobilização operária em

1968, sobretudo os casos de Osasco e Contagem, se torna fundamental nesta pesquisa na medida em que temos ainda pouca bibliografia que trabalhe o operariado cearense e fortalezense no contexto da década de 60, além do mais, nos ajuda a entender o processo mais geral que se inseria essas mobilizações de resistência às políticas de arrocho e retirada de direitos, além da repressão e perseguição, política aplicada pela ditadura para no Brasil inteiro.

A elaboração dessa construção histórica teve como base os usos metodológicos da História Oral, além do diálogo historiográfico com obras que também estudam o movimento operário nesse período. A memória enquanto uma ferramenta teórica tem utilidade nesta pesquisa por possibilitar a compreensão dos elementos trazidos pelas fontes orais investigadas. Tais fontes foram formuladas a partir do trabalho técnico de transcrição de entrevistas e do trabalho teórico de problematização das informações contidas nas lembranças dos entrevistados. O uso da oralidade foi crucial para o trabalho de investigação da relação das esquerdas e as operárias na construção da greve, pois, segundo Paul Thompson, “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos”. (1992, p. 137) Optamos por este suporte teórico-metodológico por entender a riqueza que o trabalho com a subjetividade, que é inerente às fontes orais, possui para a qualificação da investigação histórica e para o processo de construção da narrativa. Além das fontes orais realizamos ampla pesquisa em diversos acervos histórico documentais, analisando documentos escritos, processos trabalhistas, inquéritos policiais, jornais, documentos sindicais, entre outros, como listamos na tabela abaixo:

Tabela 1: Fontes pesquisadas

Tipificação da fonte	Locais onde foram encontradas	Quantidade	Descrição
Entrevistas / Fontes orais	Bairros de Fortaleza-CE, Cabo de Santo Agostinho-PE e Brasília-DF	31 entrevistas; 24 depoentes; 24 horas e 33 minutos de gravações	Entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral, sendo algumas entrevistas individuais e outras em grupo
Processos de órgãos federais de inteligência e repressão (Comissão Nacional da Verdade)	Arquivo Nacional – Rio de Janeiro-RJ	124 processos	Arquivos e processos do Serviço Nacional de Informação – SNI, Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, Centro de Informações da Aeronáutica – CISA e Centro de Informações do Exército – CIE, reunidos na base de informações da Comissão Nacional da Verdade, sob a guarda do Arquivo Nacional
Processos DOPS e SEI – Ceará (Memórias Reveladas)	Arquivo Público do Estado do Ceará	47 processos	Arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e Serviço Estadual de Informações, contra estudantes, militantes de esquerda e sindicais do banco de dados do projeto Memórias Reveladas no

			Ceará
Processos de Anistia	Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou	9 processos	Processos de anistia política junto ao Estado do Ceará de militantes envolvidos direta ou indiretamente na greve da CIONE
Folhas de empregados e pagamentos	Ministério do Trabalho – Ceará	105 folhas	Folhas de empregados e pagamentos da CIONE e outras fábricas do ramo da castanha
Jornais	Biblioteca Nacional (RJ) e Biblioteca Estadual Menezes Pimentel – Ceará	Edições entre 01 de novembro de 1968 e 31 de janeiro de 1969 de jornais de grande circulação do Ceará	Edições dos Jornais O Povo, Correio do Ceará, O Unitário e Tribuna do Ceará
Documentos do Sindicato da Indústria de Alimentos	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar, Doces, Conservas Alimentícias, Café, Rações Balanceadas, Condimentos, Especiarias, Pesca e Carnes e seus Derivados do Estado do Ceará – Fortaleza-CE	1 Estatuto e 3 atas de assembleias gerais	Documentos do sindicato fundado por castanheiras anos depois após a greve de 1968
Processos Justiça do Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região - Ceará	1277 Acórdãos; 202 processos individuais	Processos trabalhistas imputados contra a CIONE por trabalhadoras da fábrica (primeira e segunda instância)
Dados estatísticos do IBGE	Biblioteca do IBGE	10 anuários estatísticos; 31 censos; 6 PNADs	Séries estatísticas sobre Ceará e Brasil, trabalho, sindicatos, renda, justiça, urbanização.
Documentos da Ação Popular	Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP	6 documentos	Documentos sobre programa, conjuntura e organização interna

A “GUERRA” DA CIONE: PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CLASSE E CONTRA-HEGEMONIA NA DITADURA BRASILEIRA

Quais são os fatores que fizeram explodir aquela greve especificamente ali na CIONE em novembro de 1968? Com certeza a resposta a essa pergunta não está em apenas um fator, o melhor é entender a especificidade desse conflito dentre um conjunto de fatores diretos e indiretos, podemos destacar entre eles: a) um momento de grande arrocho salarial; b) piora na qualidade de vida classe trabalhadora em geral; c) uma conjuntura de mobilizações populares em 1968; d) um ciclo de greves e mobilizações de trabalhadores entre 1967 e 1968; e) a situação de trabalho extremamente precárias da CIONE, mesmo se comparada a outras indústrias no Ceará no mesmo período; f) a retomada de uma linha de combatividade e enfrentamento no Sindicato do Óleo; g) a ação organizada da Ação Popular para mobilizar as castanheiras. São fatores múltiplos, alguns mais fortes que outros que somados ajudam a contextualizar e compreendermos melhor o processo para além de uma simplificação da vontade dos sujeitos. Percebemos também que um sentimento de indignação das trabalhadoras da fábrica foi se acumulando e crescendo. Cerca de três meses antes da greve as trabalhadoras resolveram virar as bancadas de trabalho no setor do corte devido as

péssimas condições de trabalho, foi uma ação imediata e direta de quem não suportava mais tanta precarização. A fábrica respondeu pondo música no setor e “conversando” com as trabalhadoras. Maria de Fátima relata também outras formas que a fábrica tinha de lidar com as reclamações, mas que essas iniciativas eram efetivas para melhoria das condições de trabalho, ao passo que a exigência com a produtividade aumentava:

Assim, por exemplo, tinha que ter... na época acho que já tinha bebedouro. Mas não era assim umas coisas né, mais assim, mais humana. Quando eu trabalhei nas outras era diferente, era mais diferente. E era muita exigência. Era muita coisa pra gente cuidar. Não tinha a pessoa de pegar só a casca da castanha, de juntar o óleo. Tinha que ficar tirando aqueles surrão de casca, pra esvaziar pra botar outro. Outro pra colocar a as castanha pra gente cortar. O resto ficava tudo por a gente. Quando a máquina dava o prego tinha que chamar o mecânico pra ajeitar. E eles vinham, que era interesse da firma né. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Jaime Libério enfatiza a CIONE ter as piores condições de trabalho, especialmente o fato de a fábrica mandar reutilizar óleo de mamona e álcool que serviam como proteção das castanheiras do corte para evitar a queima dos braços e mãos com o LCC, o que gerava uma revolta muito grande das trabalhadoras do corte, que era um dos setores da fábrica que mais empregava trabalhadoras:

aí é uma questão que por conta do sindicato tinha o domínio das informações, parece que era umas seis fábricas na época com exceção da Brasil Oiticica que eram um pouco melhor...eles recebiam o óleo da castanha que queima né? aí como proteção elas tinham que receber o óleo de mamona que elas chamavam de carrapato e recebiam álcool, agora todas as duas coisas tinham que ser virgem mas o que é que eles faziam eles pegavam as sobras e misturava para distribuir para elas então quando elas iam pegar nesse óleo vinham queimando, e tinha a questão dos salários, havia uma revolta grande no pessoal do óleo, chamado corte, então isso em todas as fábricas existia (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

E apesar de repetidamente os depoimentos dos sujeitos que estiveram atuando diretamente no processo da greve afirmarem que a greve foi espontânea e até surpreendente destacamos uma ação organizada do sindicato e da Ação Popular para chamarem as castanheiras a se organizar para resolver ela mesmo seus problemas. Podemos perceber isso na política que a AP teve já anterior a greve de realizar a integração à produção de militantes do movimento estudantil junto a CIONE . Cristina Carvalheira nos afirma que quando da sua chegada em Fortaleza, vindo de Recife, em agosto de 1968, foi direcionada junto com o marido, Elimar Nascimento, para morar na casa da operária Hélia, que trabalhava na CIONE e tinha um irmão padeiro chamado Pedro que também era AP. Juntando-se a Hélia ela conseguiu um emprego na CIONE "Quando eu ia pra fábrica eu ia com a companheira com quem estava morando", na fábrica argumentou que era filha de agricultores de pernambuco, para justificar o sotaque diferente. Afirma ainda que logo foi bem recebida pelas demais operárias que lhe ensinaram como lidar com o trabalho do corte da castanha (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014). Hélia e Pedro mais tarde receberam também Oswald Barroso que assim os descreve "Essa menina tava começando, o irmão dela era do partido, mas não trabalhava na CIONE, e ela tava começando [na AP]. A mãe dela era bastante consciente, inclusive receberam a gente né na casa deles. Era uma família de operários." (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). Cristina destaca que quando ela veio de Recife veio também uma outra estudante chamada Marisa³, que também se incorporou a produção em outra fábrica do ramo, e que o fato de

3 Durante esta nossa pesquisa não encontramos pistas de onde estaria Marisa atualmente.

essa sua chegada articulada pela AP se deu de forma clandestina, sem chamar a atenção nem mesmo dos demais membros da organização:

Nunca chegaram a descobrir que era da AP, de jeito nenhum. Só a menina com quem eu morava sabia que eu era da AP. Inclusive os próprios estudantes que eram da AP e iam pra porta da fábrica distribuir material não sabiam direito. Um dos companheiros que foram distribuir panfleto na fábrica ficou falando pros outros que as operárias eram muito conscientes, muito politizadas, e na realidade ele tinha conversado comigo. A maioria sabiam muito pouco sobre mim, para não dar bandeira. [...] O principal objetivo nosso era o aumento salarial, as melhores condições salariais, discutir como tava esse lance do pagamento pela lata de óleo... Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014)

Maria de Fátima destaca ainda a ação de panfletagens que ocorria em frente as fábrica chamando as castanheiras para se mobilizarem “Tinha panfleto.. do sindicato... Eu não sei se na época o sindicato tinha outras fábrica nesse período fazendo alguma coisa.” (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

As reuniões de mobilização das castanheiras

Podemos perceber que as formas de reunião e mobilização das castanheiras para organizar a greve foram de forma discreta, sem chamados amplos e plenárias a vista. Podemos perceber um processo semi-clandestino de organização que passava pelas casas das operárias que moravam próximo ou mesmo os intervalos de trabalho. Como nos relata Cristina Carvalheira "Não haviam muitas reuniões, era tudo muito inicial. [...] Nós discutimos muito na porta da fábrica, nos corredores." (Entrevista. Cristina Carvalheira. 15 jul. 2014), e Maria de Fátima endossa “fazíamos as reuniões tudo lá, na frente da fábrica mesmo no horário que elas tavam lá, que era pra chamar a atenção das operárias. (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014)

Destaca-se ainda os horários de alimentação, na merenda e, sobretudo, na hora do almoço. Numa fábrica onde o ritmo de trabalho era intenso e as condições eram massacrantes o momento da alimentação se constitui um templo de descanso, um alívio da fuga do trabalho duro, a hora do prazer de se alimentar. Isso pode ficar visível nos depoimentos das próprias trabalhadoras:

A hora do almoço tinha que comprar o almoço. Outra coisa que eu não me esqueço era dos almoço. Era bom demais. Farofa de carne de porco cozida. Comprava lá os prato de comida. Depois de um tempo, quando eu morava lá eu almoçava lá. Aí pensa a nossa mesa: a esteira de palha no chão, tipo um tapete. Esteirona que a gente trouxe do interior... abria, aí comia ali, aí mandava minhas amigas "entra aí, vem comer aqui também". Aí muitas ficava lá na sala lá de casa. [...] Tinha família que ia deixar almoço pras filha. Aquela pista [Av. Mister Hull] era muito perigosa. Ave maria. [...] O que eu achava bonito era na merenda de 9 horas. Toda castanheira com a latinha de leite ninho, seca né... machucando a banana com o pauzinho, tipo pilão de bater, machucando sua banana. Aí jogava água dentro, ninguém sabia se era gelada, se tinha gelo não... aí mexia ali, aí era sua bananada com meio pão. Ô ômi, eu gostava demais. Aí eu olhava assim pra tudim né. O pessoal fazendo sua merenda. Era o lanche. A gente levava a merenda, ou comprava ali mesmo no botequim. [...] Comia tudo ali nas calçada, perto do muro da fábrica. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

A operária ressaltando ainda que esse era o momento de conversas sobre a situação do trabalho, somando-se em revolta coletivas, e dali se gestou a iniciativa de agir. Em meios aquelas conversas animadas por comidas populares da cultura alimentar cearense as mulheres perceberam que se elas não tomasse uma iniciativa a situação não mudaria, ali elas começaram o movimento:

Lá hoje é muito bom né, tem restaurante. Naquela época era todo mundo comendo nas calçada, correndo pra um botequim. Comia no meio de homem, no meio de mulher, se reunia um bocado aculá, as que não ia pro botequim. Tinha até um botequim na casa do meu tio. Era aqui, quando conversava né... as vezes se eu via duas ou três conversando eu ia ali e ficava do lado e dizia meu pensamento. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Margarida Marques, irmã de Maria de Fátima, que era uma criança à época da greve, nos relata o uso da sua casa pelas castanheiras para se alimentar, conversar sobre a vida, sobre o trabalho e sobre agirem quanto as condições miseráveis em que estavam:

Eu era muito criança na época, quando a gente chegou de Sobral nós fomos morar em frente a CIONE, numa casa que foi emprestada por um primo do meu pai, um primo de segundo grau nosso, uma pessoa bacana, muito importante pra nós. E as minhas memórias em relação a fábrica se dão a partir desse lugar, que era uma casa mais na ponta da rua, de um lado da rua, mas bem em frente a fábrica. E eu guardo algumas coisas importantes, uma delas é que as operárias elas almoçavam na nossa sala, um grupo de operárias né. Elas se reuniam, a gente não tinha móveis na casa, mas tinha uma esteira grande de palha que era onde elas reuniam para comer a marmitta, no meio dia. Isso é uma das lembranças que já me chegam. (Entrevista. Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Maria de Fátima lembra ainda que outro espaço de encontro e que serviu de espaço de confluência, de conversas para organizar a paralisação era a feira que ocorria aos sábados em frente a fábrica: “Eu lembro que todo dia de sábado tinha uma feira muito animada na frente. Porque o pessoal ia passando pra receber dinheiro. Era uma feira enorme.” (Entrevista. Maria de Fátima. 08 jul. 2014).

A guerra: paralisação e os piquetes

Após de muitas promessas de melhorias sendo rigorosamente descumpridas as castanheiras rumaram para a paralisação. O processo foi se acumulando em meses de organização subterrânea das castanheiras no cotidiano da fábrica. Nos dias anteriores os preparativos foram ficando mais concretos, havia pouca experiência, a maioria teve ali sua primeira experiência de greve, mas havia muita disposição, e um ódio de classe que se alimentava e explodiu na segunda quinzena de novembro. Maria de Fátima narra com detalhes o evento, o papel protagonista das castanheiras mais antigas na fábrica, o diálogo com as companheiras de trabalho:

Na época a maioria era mais antiga, umas antigas. Aí quando começaram a fazer aquela... como se diz.. a gente não chama de confusão não né? A gente não se reunia muito assim... era passando uma pra outra... "olha, tal, vai ser assim, assim, assim". Mas não era assim uma coisa bem... E foi né. Porque ainda aconteceu, né. [...] Aí a gente ficava combinando pra ficar tudo na frente da fábrica de manhã pra pedir pra elas não entrarem, as outras. As mais velhas, as que tinham mais tempo... com umas mais nova também. [...] Então, o que que aconteceu... a gente ficou ao lado do muro... Porque a porta lá, os próprios guarda não permitia que a gente ficasse muito perto, que era pra eles dar coberto para as que queriam entrar. E a gente fazendo... conversando, e dizendo. Gente que queria trabalhar subia o muro, e eles ajudava. Teve gente lá que subiu o muro, pra passar, teve gente também que foi puxada. [...] A gente convidava, dizendo, explicava pra elas que a gente tinha que melhorar, que era muito pouco, a situação lá dentro também. As coisas ser mais bom pra gente né. Como trabalhar... A gente não falava só também do salário, que ali tinha muita coisa né. [...] Acho que a gente não se recuava muito não. Falava ali pro povo no caminho mesmo pra entrar, a gente tinha papel né. Não ficava no confronto também né. (MF) Durante a greve. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017)

Devido a uma total ausência de documentação que delimite o início da greve, nem mesmo o Sindicato do Óleo tem hoje qualquer documentação do período, não sabemos com precisão quando

foi o início da paralisação. Mas há um dia decisivo na greve, que mudará muito a forma como todos as envolvidas enxergavam aquele conflito. No dia 25 de novembro de 1968 os proprietários da fábrica ordenaram que a capatazia “garantissem” a entrada das castanheiras para trabalhar e acabasse com a efetividade dos piquetes que estavam sendo levantados. Há vários depoimentos que relatam esse momento da greve, começamos com o da castanheira Maria de Fátima:

Eles empurravam as pessoas pra entrar! Empurravam a gente! Uma lá quebrou a perna, uma bem altona. Acho que de puxarem e empurrarem ela, talvez de uma queda. [...] Até o dono na época foi pro meio, o velho Jaime. Como que dissesse assim: “tô no meio elas vem e vão ficar contra as que não querem trabalhar”. Ele e aquele pessoal que ficava no escritório. [...] E eles puxavam a gente pra dentro, na violência. E aí eu resolvi ficar do lado delas. Mal nesse momento eu não participava do confronto, eu tava no meio, mas não tinha coragem. Tinha mulher lá que pulava até o muro. (Entrevista. Maria de Fátima. 10 jul. 2014)

Observamos que Maria de Fátima narra que aquele dia foi decisivo para ela aderir de vez a greve, e assim foram com tantas outras castanheiras que se solidarizam com a violência aberta e direta que as que estavam a frente da greve sofreram. Margarida Marques, irmã de Maria de Fátima, que morava na frente da fábrica na época da greve, nos dá a visão de quem era uma criança durante a explosão daquele conflito:

Lembro desse dia específico, algumas imagens ficaram gravadas na minha memória que eu sequer tinha noção do que era, e só tempos depois eu fui construir com outras informações do que se tratava né. Eu lembro das mulheres correndo do portão da fábrica, se espalhando pela rua. Eu lembro de algumas mulheres tentando pular o muro da fábrica. Eu lembro de uma história de que uma das mulheres havia apanhado dos seguranças da fábrica. Eu não lembro de polícia. Eu lembro que havia alguns homens que eram quem perseguiu elas. Depois eu fiquei sabendo que eram seguranças da fábrica. Desse dia específico a imagem que eu guardei foi essa. É uma imagem cortada, é uma imagem que ela chega muito rápida, ela não tem muita firmeza porque eu era realmente muito pequena. Eu só fui entender que aquele corre-corre depois era uma greve, que elas haviam sido reprimidas, foi uma greve que foi usada muita violência contra elas. Foi uma greve muito difícil nesse sentido, da violência, mas isso eu só fui construir com minhas imagens tempos depois. (Margarida Marques. 27 dez. 2017)

Descobrimos em pesquisa em edição do jornal O Povo de 26 de novembro de 1968 que a castanheira e liderança da greve que foi agredida naquele dia se chamava Júlia Freitas dos Santos. Ela foi levada para a Casa de Saúde São Pedro com um braço deslocado, a castanheira teria ainda desmaiado após as agressões na fábrica (Jornal O Povo. 26/11/1968. Pág. 6). Aqui João Batista, presidente do sindicato no período, relata o agravamento do conflito:

Não queriam pagar hora extra pro pessoal. Levamos para a assembleia e assembleia não aceitou e a greve continuou. Aí veio aquela reação que já foi comentada pelo jornal naquele tempo. De que uma operária foi agredida lá dentro. A coisa que eu mais lamento é que essa moça ao tentar sair de dentro da fábrica pulando o muro levou um muro nas costas de um vigilante que deslocou o braço dela. E não deu nada pra ele. Não deu nada. [fazendo gesto de tanto faz]. Tentou sair pra se juntar ao pessoal que tava lá fora. Já foi no decorrer da greve. Não foi logo no início não. Foi no decorrer da greve. De forma que depois a greve por si.. a fraqueza do povo, a fome, o pessoal saía de lá da sede do sindicato e ia pedir ajuda ao pessoal do mercado São Sebastião pra fazer comida lá dentro do sindicato, pra cozinhar, pra elas comerem, pra se alimentarem lá, enquanto continuava o processo da greve. Ajudava, o pessoal do mercado ajudava. Elas iam pedir carne, iam pedir verdura, iam né, essas coisas assim. E cozinham lá dentro mesmo, e se alimentavam. Mas foi um período difícil. Período difícil. Nunca vi coisa tão, tão dramática sabe? Nunca vi coisa tão dramática, numa situação de greve. Porque geralmente greve é greve. Greve é.. já começa

com G de guerra. É uma regime de guerra. Greve é um regime de guerra. É a luta do operário contra a injustiça do patrão, né? Então é um período de guerra mesmo, o pessoal não tem medo de enfrentar. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017)

É interessante notarmos que a repressão aqui não surge nem da polícia nem de nenhum órgão oficial responsável pela coerção do Estado. São os próprios proprietários da empresa que ordenam a capatazia da fábrica a dissolver os piquetes. Podemos observar que este momento de maior recrudescimento do Estado em seu braço coercitivo se alastra pela sociedade ao ponto de a própria burguesia aprofundar sua política de coerção direta ao trabalho na fábrica. Aqui Jaime Libério, também diretor do Sindicato do Óleo, e aquele momento ex-trabalhador da CIONE, nos relata que as castanheiras não ficaram passíveis com aquela violência, a reação foi imediata e direta:

então elas pegaram pedaços de madeira e sentaram lá de frente à fábrica e não entrarão aí tentar uma duas três vezes por colocar elas a força para dentro da fábrica mas não conseguiram então o Jaime [Aquino] chamou a capatazia para colocar elas para dentro a força, então pegaram uma que era mais influente e conseguiu levar ela para dentro da fábrica mas aí ela se soltou e pulou o muro e acabou se acidentando. E aí nos fomos levar ela para o hospital aí o tempo fechou porque que as mulheres foram para cima mesmo aí nessa hora pegar o Jaime [Aquino] e despejar um tambor de papel higiênico.... e até uma companheira fez um desenho sobre essa situação nome dela era Nina⁴, nome frio dela, ela desenhou um homem deitado e as mulheres despejando tambor de papel como uma forma de protesto. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Porém a repressão estatal também entraria em jogo, apesar de haver memórias distintas e vagas quanto a repressão policial nos piquetes podemos destacar a prisão de João Batista pela DOPS no mesmo dia onde houve esse conflito violento na fábrica partindo da agressão da capatazia à operária Júlia Freitas. A prisão do presidente do sindicato foi noticiada no jornal O Povo de 26 de novembro de 1968

A “PRISÃO” DA DOPS Envolvida no caso, em razão da “prisão” que teria havido com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Sr. João Batista Cavalcante, **a Delegacia de Ordem Política e Social contesta o fato, afirmando que o que fez foi dar plenas garantias para que aquele líder trabalhador pudesse inteirar-se da situação e prestar esclarecimentos sobre a situação de seus companheiros.** Segundo o titular da DOPS, Dr. Luís Coelho, o próprio delegado do Trabalho pediu garantias para o Presidente do Sindicato depois de ouvir na própria Delegacia, de alguns funcionários da CIONE, relatório verbal sobre sobre lesões corporais sentidas nas dependências da empresa. O próprio Presidente afirma que, depois de ter sido levado de frente a CIONE para a Delegacia em uma rádio-patrolha, apontado pelo vigia Manoel, daquela indústria, esteve no térreo da Central de Polícia, após o que foi levado à DOPS, onde prestou esclarecimentos ao titular da Delegacia e do titular do Trabalho no Ceará.

DIFICULDADES

Muitos dos punidos estavam ontem a tarde na sede do Sindicato da categoria, lamentando sobretudo que até agora não tenham recebido os salários que, como a empresa, perante a Delegacia do Trabalho, havia se comprometido a pagar no último sábado. Muitos estão formando comissões para conseguir recursos junto a camadas da sociedade, até que se resolva de vez o problema. (Jornal O Povo. nº 12672. 26 Nov. 1968, p. 6, grifo nosso)

Uma coisa que nos chamou atenção na pesquisa, de tal forma que está ilustrado no título deste trabalho, é o fato de pôr diversas vezes os participantes da greve terem chamado a greve de guerra nas entrevistas. Também nas sondagens nas comunidades que visitamos pessoas que tinham

4 Nina é o codinome de Cristina Carvalheira

ouvido falar da greve a chamavam de guerra, “Ah, a guerra das castanheiras, né?”. Jaime Libério aborda a questão:

Tinham umas que também chamavam... a guerra! [...] acho que é devido ao termo: confusão... barulho.. aquele negócio, não era de cunho político... confusão mesmo! [...] Aí a mãe⁵ dela chamava o movimento de revolução... é mas elas chamavam... a mãe delas chamava a revolução, devido que não tinha sossego, era uma coisa, que o pessoal era preso, perseguido [...] A mãe quem chamava de revolução, agora as meninas que trabalhavam na fábrica era quem chamavam de guerra! porque era briga mesmo, uma guerra nesse sentido! Porque de fato foi mesmo uma guerra, foram agredidas e reagiram. (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018)

Isto para nós reflete a intensidade do conflito, a revolta das operárias, a gravidade da violência física a qual as trabalhadoras foram impostas, não só no momento da greve, mas durante todo o trabalho na produção. Outro fator é a inviabilidade do diálogo nesse momento, após o fracasso em negociações anteriores, agravadas pela repressão da greve, se instala uma greve, em que o ódio de classe se faz presente, com o ódio das castanheiras direcionado especialmente para o proprietário da indústria, ao ponto de algumas jogarem um tambor de papel higiênico sujo de fezes do banheiro da fábrica em Jaime Aquino. Oswald Barroso se refere a revolta das operárias como um dos elementos centrais da greve, comparando aquele ímpeto pela ação direta, aquela disposição para a luta como um ato de “loucura”: “Eram pessoas revoltadas, tinha uma revolta espontânea, visceral contra aquela forma destruidora de trabalho que as deixava loucas... muitas loucas mesmo, conheci umas que eram semi-loucas, elas faziam qualquer coisa. Morrer por morrer não tinham medo não, enfrentava qualquer batalha.” (Entrevista. Oswald Barroso. 17 jan. 2018). “A gente ia consciente de que era greve.”, afirma João Batista, “Mas a forma que a gente era tratado e tratava também eles, a forma, essa reciprocidade de agressão era de guerra mesmo, não era outra coisa não.” e finaliza “Não havia possibilidade de entrosamento, não havia possibilidade”. (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

Quanto a dimensão da adesão das castanheiras ao movimento paredista há diversas abordagens nos depoimentos, verificamos que a maioria enfatiza uma grande adesão das castanheiras a greve, muitos deles falando de paralisação total da fábrica, como narra Maria Elódia:

Eu lembro, todos os operários não entraram pra trabalhar. A greve era por aumento de salário, por melhora de condição de serviços, todas aquelas coisas que eles conseguiram ver que daquele dia em diante não podia mais continuar assim. O método de trabalhar ainda era pegando assim a castanha. A castanha espirrava o leite no olho, sabe, essas coisas... (Entrevista. Maria Elódia. 26 de abr. 2013)

O depoimento de João Batista endossa a visão de uma paralisação com grande adesão e justifica ainda que o protagonismo das mulheres teria sido decisivo para isso já que o setor do corte da castanha era empregado apenas por mulheres e este é o setor fundamental da produção, sem eles todo o resto pára:

Rapaz eu acho que pararam a totalidade. Toda a fábrica. Foi uma greve de peso. Parou a fábrica toda. Porque quando pára o corte pára todo o resto, não tem como andar. Quando elas pararam as outras aderiram. Foi uma greve de mulheres. Os homens que trabalhavam

5 Mãe de uma das castanheiras que estava a frente do movimento. Muitos dos depoentes se referem a castanheiras que estavam a frente das ações na greve, mas não conseguiram se lembrar de seus nomes ou qualquer outra informação sobre elas.

aderiram, tinham que aderir, porque eles não produziram nada sem elas. O protagonismo foi das mulheres e os homens que trabalhavam tiveram que aderir, aliás eram muito poucos. A grande maioria eram mulheres. [...] O pessoal do administrativo fica que nem bosta n'água né. Pra onde a coisa vai... (Entrevista. João Batista. 07 dez. 2017).

Mas há outros depoimentos que afirmam que a adesão foi muito grande, mas que algumas castanheiras ainda mantiveram a fábrica funcionando. É o caso do depoimento de Maria de Fátima, que além de afirmar que haviam castanheiras que continuaram trabalho adiciona que em sua opinião estas castanheiras que não aderiram a greve por medo de serem demitidas:

Tinha gente trabalhando. A cabeça das pessoas né? Tinha gente que entrava num horário muito mais cedo pras outras não vê... Tinha gente que entrava escondido. Tinha medo de perder o emprego. Era... com medo de participar. Muita mesmo... por necessidade todas tinha né. Que a gente tava ali nessa luta mas não sabia nem se realmente ia... né. Porque eles eram duro demais. Principalmente o dono... Jaime. Era a lei deles. Eles botavam aquele moralzão deles lá. Muita gente não foi por isso também. Porque eles iam lá pra porta também. Até o dono também. (Entrevista. Maria de Fátima. 29 set. 2017).

Em outra entrevista, realizada em 2014, Maria de Fátima já tinha abordado a questão, explicando que o ato de convencimento para aderir a paralisação era diário, explicando que após os piquetes as operárias que aderiram a greve e seguiam pro sindicato: "Aí depois que as mulheres que queriam entrar entravam nós íamos pro sindicato, fortalecer a luta né. Não era tão pouquinha. Lá era mulher demais. Se tivesse parado todo mundo nem cabia no sindicato." (Entrevista. Maria de Fátima. 08 de jul. 2014). Em sua tese de doutorado "Las Castañeras" sobre o trabalho feminino na indústria da castanha Helena Frota registra que esta greve de 1968 teria atingido cerca de 5000 operárias, paralisado 3 fábricas na capital e durado 3 dias⁶.

Porém, o que encontramos em nossa pesquisa foi uma grande adesão a greve, beirando a totalidade das trabalhadoras, apenas na fábrica da CIONE, que tinha cerca de 2 mil trabalhadores, sendo 90% mulheres. Encontramos também iniciativas de solidariedade e tentativas de expandir a greve para outras fábricas do ramo, como iremos expor mais a frente, porém sem se expressar em greves em outras fábricas. Segundo João Batista, durante as plenárias e assembleias que ocorreram no Sindicato do Óleo durante a greve registrava-se a presença de muitas operárias de outras fábricas. É o que evidencia também Jaime Libério quando questionamos se a greve se alguma outra fábrica também chegou a ter greve naqueles dias: "Não, nenhuma chegou a paralisar, mas iam para as assembleias do sindicato." (Entrevista. Jaime Libério. 05 jan. 2018).

Quanto a duração da greve não há uma evidência precisa da quantidade exata de dias de greve na CIONE. Mas há diversos testemunhos de a greve ter durado mais de uma semana, chegando até duas semanas. Encontramos ainda nas páginas do jornal O Povo de 11 de dezembro de 1968 que após a fábrica não vir respeitando o acordo estabelecido junto à DRT dias antes o sindicato estavam respondendo com o retorno das mobilizações. Hoje, uma visão mais próxima da "versão oficial" da empresa é passada por Franzé, relativizando o movimento de 1968 e enfatizando que a fábrica nunca parou completamente e que a maioria das trabalhadoras não aderiam aos movimentos e queriam mesmo era trabalhar, isso devido ao fato de Jaime Aquino era um empresário diferenciado, presente no cotidiano da fábrica:

6 Cf. FROTA, 1999.

Deve ter acontecido viu. Na época eu era criança. Mas de estudar e da literatura mesmo o que agente escuta é que foi uma coisa bem tumultuada. Mas da minha época pra cá, de 1976 pra cá.. (...) A gente via muitas manifestações. Eles vinham pra porta da CIONE assim como vinham para as outras fábricas. Mas 99,9% das pessoas queriam entrar pra trabalhar e eles [sindicalistas] que faziam aquelas barreiras para as pessoas, tentavam segurar uma, outra pessoa. Mas que fosse um movimento espontâneo de insatisfação do conjunto dos trabalhadores, eu não vivi essa fase. (...) Eu até admito que tenha atingido a CIONE. Pois o que acontecia numa fábrica chegava na outra. Mas acho que até a presença do dono, de lidar diretamente com as pessoas, existia uma relação de confiança. Acho que isso dificultava esse movimentos. É diferente. Por exemplo a Iracema [antiga Brasil Oiticica], uma multinacional. Quem era o dono da Iracema? Talvez se você perguntar ao gerente nem ele saiba. São acionistas, moram aonde? Não sei, talvez na Inglaterra, nos Emirados. Então é diferente a forma de você tratar. A solução chega muito mais rápido. Eu imagino que esse tipo de realidade da CIONE dificultava esses movimentos paredistas. Mas te dizer que desde que eu comecei a trabalhar aqui que eu lembro que não teve expediente? Por conta de uma paralização assim? Eles faziam barulho né.. dificultavam as pessoas entrarem, colocarem aquelas faixas na porta. Puxava um, puxava outro. Mas realmente que tenha parado por conta de uma greve, isso não ocorreu. (Entrevista. Francisco José. 01 jul. 2014).

Já Malveira, um operário que trabalha até hoje na produção da fábrica, relata a inexistência de movimento antes de 1968. "Eu lembro de movimento em 1975 puxado pelo sindicato. Antes disso eu não tenho notícia não." (Entrevista. Malveira. 01 jul. 2014). É importante destacar que o depoimento foi pego com Malveira na presença da gerência da fábrica. Infelizmente não tivemos condições de realizar entrevistas com trabalhadores atuais que já trabalhavam na fábrica na época da greve fora da fábrica, em uma situação em que estes se sentissem menos pressionados pelo regime da fábrica, essa foi uma debilidade de nosso trabalho que não conseguimos superar. Após constituir um relato primário, a instituição CIONE nunca mais nos respondeu e fechou as portas para a pesquisa, inviabilizando acesso a qualquer tipo de evidências solicitados por nós oficialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GUERRA DA CIONE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Chegando ao fim deste artigo que, sinteticamente, buscou interpretar historiograficamente o conflito de classes ocorrido na fábrica da CIONE em 1968, inserindo-o no bojo das mobilizações sociais verificadas, especialmente as greves e levantes de trabalhadores no Brasil, teceremos aqui algumas considerações finais fundamentais para a conclusão de nossa análise.

A ditadura civil-militar, instalada através de um golpe em abril de 1964, serviu para garantir que o Estado restrito mantivesse a política de acumulação capitalista no Brasil, enfraquecendo e retirando da arena política os movimentos e forças subalternas que vinham se organizando e disputando a sociedade civil em prol da defesa de seus interesses no Estado de modo a "Atrapalhar" a plena realização dos interesses das classes dominantes.

A ditadura militar estabeleceu uma política econômica de maximização da acumulação capitalista no Brasil que se expressou em aumento da exploração da força-de-trabalho, aumento da coerção sobre os movimentos sociais organizados, especialmente na perseguição a partidos de esquerda e na destituição de diretorias combativas do movimento sindical, além do arrocho salarial

e da piora das condições de vida da imensa maioria da classe trabalhadora e da população brasileira. Em resposta a isto, e ainda fruto de um trabalho de reconstrução de organizações populares, partidos de esquerda, organizações estudantis, entidades sindicais, o Brasil experimentou um processo de mobilizações populares que, a partir de demandas imediatas e concretas, especialmente quanto a trabalhadores e estudantes, se expressou em grandes manifestações e greves que chegaram a ameaçar o controle imposto pela ditadura militar às classes subalternas no país.

A greve das castanheiras da CIONE, seu processo de desenvolvimento e suas consequências, é expressão dessas lutas em resistência aos ataques promovidos pelo capital contra o trabalho no Brasil na década de 1960. O processo de greve da CIONE está fundado na exploração da força de trabalho de forma extremamente degradante, até mesmo para as condições “normais” de degradação da força de trabalho na produção industrial cearense, se forja numa experiência de classe de mulheres trabalhadoras que perceberam a necessidade de se organizar para defenderem seus interesses em conflito com os interesses impostos pelo seu patrão nas relações de trabalho, e é potencializada pela ação organizada de um aparelho privado de hegemonia que expressou seu projeto nacional através da organização de base na fábrica e na ação do Sindicato do Óleo.

Para uma melhor compreensão da vida das castanheiras, bem como DE seu processo de organização política e formação de classe, é fundamental que entendamos as relações entre classe, gênero e raça na vida e no trabalho destas mulheres. Compreendemos que situações específicas de desigualdades de gênero e desigualdades de raça alimentam as relações de opressão de classe, forjando uma realidade de múltiplas opressões que é melhor entendida se vista de forma transversal.

Nesse sentido o processo vivido por estas mulheres, negras, cafuzas, caboclas é diferenciado daquele de um operariado branco e masculino tradicionalmente abordado na História dos Mundos do Trabalho, de modo que a própria situação de classe, sua situação de exploração, suas condições de trabalho, vida, moradia, alimentação, estão intrinsecamente relacionadas A seu gênero e suas etnicidades, pois o capital explora e super-explora de forma diferenciada a força-de-trabalho, dividindo ainda mais a classe trabalhadora. Se o capital faz isto como forma orgânica fundamental para seu desenvolvimento no Brasil é necessário entender estas desigualdades para entender a formação da classe trabalhadora, especialmente neste segmento em luta em finais de 1968 em Fortaleza.

O processo de formação como classe que as castanheiras da CIONE vivenciaram, dentro e fora da fábrica, foi um aprofundamento da radicalização do conflito de classes através da greve. A greve, portanto, teve papel fundamental na intensificação da formação de uma consciência de classe nestas mulheres trabalhadores, e em muitas caminhou de uma consciência corporativa, imediata, para uma consciência de classe mais ampla, chegando até mesmo a uma dimensão política, de

projeto alternativo de sociedade. Esta greve, por mais que contenha uma explosão espontânea, sobretudo concretizada na rebeldia das mulheres, na ira de classe contra o patrão que as massacrava, tem como vetor de desenvolvimento da consciência política Ação Popular, aparelho privado de hegemonia das classes subalternas que buscava construir uma contra-hegemonia junto às classes subalternas e suas demais organizações, mesmo em um período de aprofundamento da coerção estatal e por consequência, da violência das classes dominantes sobre as classes dominadas através do aparato repressivo do Estado restrito.

Concluimos, portanto, que a História da greve da CIONE contribui para entendermos que a classe trabalhadora no Ceará – e no Brasil – se organizou e tentou resistir às políticas impostas pela ditadura em prol do capital contra o trabalho, tendo seu apogeu No ano de 1968, quando a relação entre esquerdas organizadas e setores sociais, especialmente, movimentos estudantis e movimentos trabalhistas, promoveu a tentativa de construção de uma contra-hegemonia dos subalternos em conflito aos interesses das classes dominantes no país. E que este processo de mobilização popular recebeu em resposta o endurecimento da coerção estatal, através da promulgação do AI-5 da ditadura militar que, por sua vez, aumentou a repressão e o desmantelamento dos aparelhos privados de hegemonia dos subalternos inviabilizando, naquele momento, o processo de disputa pela hegemonia na sociedade civil brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena de Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4)

CADERNOS DO PRESENTE 2. Greves operárias (1968-1978). Belo Horizontes: Aparte, jul. 1978.

CALIL, Gilberto. O populismo e a hegemonia burguesa na América Latina. História & Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, n.4, julho 2007, p.27-33.

CEDI. Cadernos do CEDI 14 – CANAVIEIROS EM GREVE: Campanhas Salariais e Sindicalismo. São Paulo: CEDI, 1985.

_____. O Sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VEGA, Rúben (org.). Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1964-1984). São Paulo: Difel, 1984.
- COBRASMA. Breve Histórico da Empresa. Disponível em: <http://www.cobrasma.com.br/>. Acessado em 09/07/2014 as 15:35.
- DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.
- FARIAS, Airton de. Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, s.d.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado (Orgs). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, p. 343-404.
- FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia. História do Brasil recente, 1964-1980. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário (1964-1984) – Volume 2: A crise do “milagre brasileiro”*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- FROTA, Maria Helena de Paula. A Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará: uma máquina de fazer loucos. 250p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. CICLO DE GREVES NA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA: Pernambuco, 1964 a 1968. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 381-398, Maio/Ago. 2009.

_____. Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950-1974. 370p. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

HOBBSAWM, Eric I. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. Memórias de Luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MARTINS, H. de Souza. O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

_____. A Ideologia Alemã – Crítica da mais Recente Filosofia Alemã em seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas – 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007. 614p.

MARX, Karl. A sagrada família. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital; São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich. – Lutas de Classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, p. 241-270, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100010>.

_____. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2012.

MELO, Demian Bezerra. Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão, In: MELO, Demian Bezerra (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. O governo João Goulart : as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro : Revan; Brasília : EdUnb.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem: o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Papito de (Org.). Vozes silenciadas. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

O SACO, Revista Nordestina de Cultura (Opção Editora Promoção e Publicidade Ltda – Fortaleza/Ce): ANO I, No 2 (junho 1976, Caderno 4, páginas 07-07), texto "Psiquiatria e Subdesenvolvimento", meu.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O milagre brasileira: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / organização FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. - 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (O Brasil Republicano; v. 4). (Cf. Mendonça e Fortes).

PRADO JUNIOR, Caio & FERNANDES, Florestan. Clássicos sobre a revolução brasileira / Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. Foi Assim!. O Movimento Estudantil no Ceará (1928-1968). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora: 2002.

RAMOS, Marcelo H. B. A esquerda cearense e a greve das castanheiras da CIONE (1968): experiências, memórias e consciências de classe. 88p. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Curso de História, Centro de Humanidade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

REIS FILHOS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Em Busca do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. O fantasma da revolução brasileira – 2 ed. revista e ampliada – São Paulo: Editora UNESP, 2010a.

_____. Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004.

SANTOS, Barbara Cacau dos. “TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 183p. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

SANTOS, Jovelina Silva. Círculos Operários no Ceará: instruindo, educando, orientando, moralizando (1915 – 1963). 267 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza, 2004.

TEIXEIRA, Fernando. Trabalhadores no Tribunal. Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v1

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v2

_____. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v1v.3

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. São Paulo: Paz & Terra, 1992.